NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, 10 (2,9%) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 53 (15,3%) vencem de 2020 a 2028 e 283 (81,8%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2029. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada "CS Bioenergia S.A.", que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 06 de fevereiro de 2020.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros Nota Explicativa 4
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa Nota Explicativa 5
- c) Contas a Receber de Clientes Nota Explicativa 6
- d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos Nota Explicativa 6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

- e) Ativos Financeiros Contratuais Nota Explicativa 10
- f) Investimentos Nota Explicativa 12
- g) Imobilizado e Intangível Nota Explicativa 13
- h) Arrendamento Mercantil Financeiro: A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14.
- i) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment) Nota Explicativa 13
- j) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros Nota Explicativa 11
- k) Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro – Nota Explicativa 14
- 1) Imposto de Renda e Contribuição Social Nota Explicativa 17
- m) Provisões e Passivos Contingentes Nota Explicativa 19
- n) Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica Nota Explicativa 20
- o) Partes Relacionadas Nota Explicativa 21
- p) Remuneração aos Acionistas Nota Explicativa 23.h
- q) Receitas Nota Explicativa 24
- r) Estoques: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
- s) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.
- t) Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

<u>Contratos de Concessão</u>: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

- u) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- v) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

3.1 Operações de Arrendamento Mercantil

A partir de 1° de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

Quando a Companhia revisar sua estimativa do prazo de qualquer locação é efetuado ajuste no valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que são descontados com a mesma taxa de desconto (taxa incremental nominal) aplicada no início do arrendamento. O valor contábil dos passivos de arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável de pagamentos futuros de arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado. Em ambos os casos, é feito um ajuste equivalente ao valor contábil do ativo de direito-de-uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado durante o prazo remanescente (revisado) do arrendamento.

Quando a Companhia renegociar os termos contratuais de um arrendamento com o seu locador, a contabilização depende da natureza da modificação:

• Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço, independente dos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

- Em todos os outros casos em que o termo renegociado aumenta o escopo do arrendamento (se isso é uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é remensurado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo do direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor.
- Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo de arrendamento quanto do direito de uso são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial do contrato de arrendamento com qualquer diferença reconhecida no resultado do exercício. O passivo de arrendamento é então ajustado para assegurar que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados durante o prazo renegociado, com os pagamentos de arrendamento modificados descontados à taxa aplicável na data da modificação. O ativo do direito de uso é ajustado pelo mesmo valor.

Como parte do expediente prático da norma, para os contratos que tanto conferem o direito à Companhia de usar um ativo identificado e requerem que determinados serviços sejam fornecidos pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, isto é, aloca qualquer parcela dos pagamentos contratuais referente a quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato.

Natureza dos arrendamentos mercantis da Companhia:

A Companhia arrenda vários imóveis nos municípios onde atua, principalmente de pessoas físicas, no montante líquido de R\$38.324. Em alguns deles, os contratos de arrendamento preveem que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação ou, em outros, sejam redefinidos periodicamente para as taxas de aluguéis do mercado. Em outros, o valor do aluguel é fixado ao longo do prazo da locação. Em todos os casos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. A Companhia também aluga certos equipamentos e veículos, nos montantes líquidos de R\$28.140 e R\$37.036, respectivamente.

Arrendamentos de imóveis, equipamentos e veículos compreendem apenas pagamentos fixos durante o período do arrendamento.

A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem nenhuma operação de venda e transação de "leaseback" de ativos.

A Companhia tem cláusulas de interrupção de contrato em seus arrendamentos de imovéis permitindo o não pagamento de penalidades em determinadas circunstâncias. Caso a caso, a Companhia considerará se a ausência de uma cláusula de quebra a expõe a um risco excessivo. Normalmente, os fatores considerados na decisão de negociar uma cláusula de interrupção de contrato incluem:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

- a duração do prazo da locação;
- a estabilidade econômica do ambiente em que a propriedade está localizada; e
- se o local representa uma nova área de operações para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores contábeis dos passivos de arrendamento de imóveis não são reduzidos pelo valor dos pagamentos que seriam evitados com o exercício de cláusulas de interrupção de contrato, visto que foi considerado razoavelmente certo que a Companhia não tem intenção de interromper os referidos contratos durante a vigência dos mesmos, exceto para determinados contratos de aluguel de imóveis em função da previsão de mudança de determinados departamentos da Companhia para o novo edifício no endereço da sua sede com mudança iniciada em 2019.

O contrato de aluguel de veículos dá à Companhia o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O referido contrato não estipula um valor residual garantido ao fornecedor dos veículos, apesar de não haver uma restrinção na quilometragem dos veículos durante o prazo do aluguél, visto que a Companhia não queria ser operacionalmente restrita em sua capacidade de usar os veículos. Desta forma, os pagamentos de aluguél não representam o pagamento de praticamente todo o valor justo dos veículos.

A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos de arrendamento na adoção inicial (1º de janeiro de 2019) foi de 6,88%.

O passivo de locação total reconhecido no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 e o compromisso de locação operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2018, estão brutos de PIS/COFINS, e podem ser reconciliados da seguinte forma:

Descrição					31/12/2018	
Compromisso de arrendamento mercantil operacional						
Efeito do desconto dos compromissos de aluguél à taxa média ponderada anual de 6,88%						
Total						
Ativo		01/01/2019	Entradas	Amortizações	31/12/2019	
Veículos		41.300	17.650	(21.914)	37.036	
Bens Móveis		21.833	6.308	(8.468)	19.673	
Bens Imóveis		36.945	1.379	(6.245)	32.079	
Saldo		100.078	25.337	(36.627)	88.788	
			Encargos			
Passivo	01/01/2019	Entradas	Financeiros	Pagamentos	31/12/2019	
Circulante	40.026	33.982	7.268	(32.513)	48.763	
Não Circulante	60.052	3.135	-	(14.158)	49.029	
Totais	100.078	37.117	7.268	(46.671)	97.792	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18/12/2019, o passivo de arrendamento mercantil de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação futura projetada, apresentando a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019
Veículos	41.604
Bens Móveis	22.678
Bens Imóveis	43.426
Total	107.708

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento mercantil de direito de uso:

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Veículos	29.156	11.198	3.805	-	-	44.159
Bens Móveis	11.139	7.933	3.381	2.243	-	24.696
Bens Imóveis	9.471	9.900	10.232	10.575	10.926	51.104
Total	49.766	29.031	17.418	12.818	10.926	119.959

Abordagem retrospectiva modificada:

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada, a Companhia aproveitou os seguintes expedientes práticos:

- Uma taxa de desconto única foi aplicada a grupos de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes; e
- Os arrendamentos com prazo remanescente de 12 meses ou menos da data de aplicação foram contabilizados no resultado, embora o prazo inicial dos arrendamentos da data de início da locação possa ter sido superior a 12 meses.

3.2 Ativo de Contrato

Conforme estabelece o ICPC 01 – Contratos de Concessão, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário, inclusive em relação aos serviços de construção deverá atender ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece que a receita deve ser registrada quando ocorre a transferência de bens ou serviços a clientes, no momento em que a obrigação de "performance" for efetivamente cumprida.

Os contratos de concessão e contratos de programa da Companhia estabelecem que os investimentos efetuados sejam remunerados pelos usuários do serviço público, registrados no Ativo Intangível e a outra parte será indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão, registrado no Ativo Financeiro. No período de construção a Companhia reconhecerá um ativo de longo prazo decorrente do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

A Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação e passou a classificar como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, os projetos e as obras em andamento diretamente relacionados aos contratos de concessão e contratos de programa, que anteriormente eram registradas no ativo intangível.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo encontra-se em fase de construção.

A seguir apresentamos os saldos vinculados à concessão em construção, registrados anteriormente como parte do ativo intangível na conta de obras em andamento que foram reclassificados para a rubrica ativo de contrato, conforme nota explicativa 11:

Ativo	01/01/2018		31/12/2018
Não Circulante	Divulgado	Ajuste	Reclassificado
Ativo de Contrato	-	1.393.188	1.393.188
Intangível, líquido	8.329.542	(1.393.188)	6.936.354

Esta reclassificação não afetou os *covenants* (índices financeiros) de empréstimos, financiamentos e debêntures, a liquidez, a posição patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia.

Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020:

<u>Alteração da norma IFRS 3</u> – Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;

<u>Alteração das normas IAS 1 e IAS 8</u> – Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

4.1 Gestão de Risco Financeiro

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. A riqueza em recursos hídricos e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2019 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 22. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$20.679 e R\$41.358 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	4.617	(4.617)	9.234	(9.234)
Ativos	_	4.617	(4.617)	9.234	(9.234)
BNDES	TJLP	(614)	614	(1.228)	1.228
BNDES-PAC2	TJLP	(3.210)	3.210	(6.420)	6.420
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(2.304)	2.304	(4.608)	4.608
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(965)	965	(1.930)	1.930
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.102)	1.102	(2.204)	2.204
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(2.839)	2.839	(5.678)	5.678
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(877)	877	(1.754)	1.754
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.953)	1.953	(3.906)	3.906
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(188)	188	(376)	376
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(3.987)	3.987	(7.974)	7.974
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(2.908)	2.908	(5.816)	5.816
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC - FIPE	(2.532)	2.532	(5.064)	5.064
Arrendamento Mercantil Direito de Uso	DI	(1.817)	1.817	(3.634)	3.634
Passivos	_	(25.296)	25.296	(50.592)	50.592
Efeitos no Lucro antes da tributação		(20.679)	20.679	(41.358)	41.358

A TR considerada no período de 12 meses foi de 0,00% e a TJLP de 6,20%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 4,31%, obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o DI à taxa de 5,96% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. A Companhia mensura que o cenário provável para o próximo trimestre é um aumento de 0,73% na cotação do Dólar, conforme expectativa de mercado. O cenário provável utiliza a taxa de câmbio projetada conforme relatório Focus disponibilizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Considerando o valor nocional de € 450,1 mil (R\$ 2.039 mil), o valor da cotação do euro como R\$ 4,5305 para 31 de dezembro de 2019 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$ 1,12 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$ 4,0307, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (0.73%)	(8)	(510)	510	(1.020)	1.020

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de hedge accounting para esse contrato, mensurando o mesmo ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 31/12/2019 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap							
Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Instrumento Derivativo, líquido				
450	2.040	2.065	(25)				

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias. Para o período findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido e dívida líquida/EBITDA. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil, menos caixa e equivalentes de caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Descrição	2019	2018
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	3.080.431	2.771.318
Caixa e Equivalentes de Caixa	(274.059)	(326.624)
Dívida Líquida	2.806.372	2.444.694
Patrimônio Líquido	6.173.914	5.717.188
EBITDA Acumulado 12 Meses *	1.971.727	1.642.028
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,45	0,43
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,42	1,49
* Informação do ERITDA não revisada pelos auditores independentes		

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia, conforme a seguir:

Descrição	2019	2018
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	257.181	291.621
Ativo Financeiro - Swap	2.040	-
Depósitos Vinculados	58.603	59.668
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	16.878	35.003
Contas a Receber de Clientes, líquido	829.562	661.124
Ativos Financeiros Contratuais	435.209	375.871
Totais	1.599.473	1.423.287
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Passivo Financeiro - Swap	2.065	-
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	3.080.431	2.771.318
Empreiteiros e Fornecedores	214.445	190.742
Contratos de Concessão	31.414	60.456
Totais	3.328.355	3.022.516

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Depósitos Bancários Livres	4.516	9.324
Depósitos Bancários Vinculados	12.362	25.679
	16.878	35.003
Aplicações Financeiras	257.181	291.621
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	274.059	326.624

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário, com remuneração média de 100,31% do CDI (99,00% em 2018).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base em juros de 6% ao ano. A Companhia adota para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros de 6% ao ano para as contas de órgãos públicos.

Provisão para Perdas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

De acordo com o CPC 48 — Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para o Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2019	2018
Contas a Receber Vincendas	288.080	241.474
Contas a Receber de Parcelamentos	120.113	56.272
Ajuste a Valor Presente	(4.088)	(4.723)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	212.452	186.170
	616.557	479.193
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	146.804	120.087
De 31 a 60 dias	34.697	30.689
De 61 a 90 dias	12.816	13.320
De 91 a 180 dias	22.404	21.157
Mais de 180 dias	192.771	172.634
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(196.487)	(175.956)
	213.005	181.931
Totais de Contas a Receber, líquidas	829.562	661.124
Circulante	809.736	639.054
Não Circulante	19.826	22.070

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	2019	2018
Prefeituras Municipais	100.974	(49.070)	(3.201)	48.703	43.754
Particulares	915.307	(147.417)	(887)	767.003	606.020
Setor Federal	1.723	-	-	1.723	1.230
Setor Estadual	12.133			12.133	10.120
Saldos no Final do Exercício	1.030.137	(196.487)	(4.088)	829.562	661.124

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Saldos no Início do Exercício	(175.956)	(171.150)
Valores Registrados como Despesa/Reversão	(20.850)	(7.747)
Baixas, Líquidas das Recuperações	319	2.941
Saldos no Final do Exercício	(196.487)	(175.956)

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Clientes Particulares	147.417	126.754
Prefeituras Municipais	49.070	49.202
Totais	196.487	175.956

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Saldos no Início do Exercício	(4.723)	(2.453)
Ajuste a Valor Presente	635	(2.270)
Saldos no Final do Exercício	(4.088)	(4.723)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Imposto de Renda a compensar	-	12.517
Contribuição Social a compensar	-	2.553
Impostos e Contribuições retidos - órgãos públicos	305	326
Totais	305	15.396
Circulante	305	15.396

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Agência Nacional de Águas - ANA	-	1.773
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	2.855	4.947
Reservas mantidas na CAIXA (1)	55.748	52.948
Totais	58.603	59.668
Circulante	2.855	6.720
Não Circulante	55.748	52.948

⁽¹⁾ Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos a Empregados	13.317	13.481
Pagamentos Reembolsáveis	17.909	16.054
Depósitos Dados em Garantia	1.740	2.095
Fundo Municipal do Meio Ambiente (1)	48.881	50.675
Despesas Antecipadas	3.468	4.988
Títulos e Outros Créditos	886	938
Totais	86.201	88.231
Circulante	37.642	37.616
Não Circulante	48.559	50.615

⁽¹⁾ Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Meio Ambiente, conforme previsto em contrato de programa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2018	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	2019
Investimento Não Amortizado	1.110.314	102.748	-	-	1.213.062
Ajuste a Valor Presente	(734.443)	(66.081)	22.765	(94)	(777.853)
Totais	375.871	36.667	22.765	(94)	435.209

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,0% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 21 e 30 anos.

11. ATIVO DE CONTRATO

Prática Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras. Com a adoção desta nova norma contábil, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial a rubrica Ativo de Contrato.

<u>Capitalização de Juros e Encargos Financeiros</u>: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	2018	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	
Projetos e Obras em Andamento	1.319.120	874.775	21.543	1.199	(574.140)	1.642.497
Estoques para Obras	74.068	40.149	-	-	-	114.217
Totais	1.393.188	914.924	21.543	1.199	(574.140)	1.756.714

Durante o exercício de 2019 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$914.924 (R\$818.063 em 2018), decorrente de ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Cascavel, Curitiba, Pato Branco, São José dos Pinhais e Ponta Grossa, e de ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Londrina, Guaíra, Paranavaí e São José dos Pinhais.

Durante o exercício de 2019 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$21.543 (R\$30.176 em 2018). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 11,1%.

12. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos dos investimentos controlados em conjunto, sempre quando há algum indicador de que o investimento pode não ser recuperável.

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	2019	2018
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	-	20.479
Outros Investimentos	2.671	2.106
Totais	2.671	22.585

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

<u>Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.</u>

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidores da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$34.808 registrado em seu Capital Social. A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2019	2018
Ativo Circulante	2.191	6.873
Ativo Não Circulante	65.777	67.377
• Imobilizado	42.685	43.279
Arrendamento Mercantil Financeiro	16.148	17.856
• Outros	6.944	6.242
Ativo Total	67.968	74.250
Passivo Circulante	11.231	7.154
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	7.651	3.475
• Outros	3.580	3.679
Passivo Não Circulante	11.000	15.899
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	11.000	15.899
Patrimônio Líquido	45.737	51.197
Passivo Total	67.968	74.250
Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	2019	2018
Receitas	4.335	5.452
(-) Despesas Operacionais	(15.021)	(11.727)
Resultado Financeiro	(3.459)	(3.298)
Resultado Antes dos Impostos	(14.145)	(9.573)
Prejuízo do Exercício	(14.145)	(9.573)

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Saldo no início do exercício	20.479	18.832
Aportes Financeiros	2.525	5.476
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(5.658)	(3.829)
Teste de Recuperabilidade de Ativos (Impairment Test)	(17.346)	-
Saldo no final do exercício	-	20.479

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A. (Companhia), conforme preconizam o CPC 18 e CPC 01, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade ("impairment test") deste investimento, e concluiu, considerando o histórico de prejuízos e que fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, demonstrando que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia no montante de R\$17.346 mil.

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e diversos investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$522, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2019 equivalem a R\$2.671.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

<u>Imobilizado:</u> É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(t). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Arrendamento Mercantil Financeiro: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2019	2018
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada		Valor Líquido
Administração	463.513	(166.999)	296.514	168.120
Outras Imobilizações	2.439	(1.237)	1.202	651
Totais	465.952	(168.236)	297.716	168.771

Por Natureza				2019	2018
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	2.929	-	2.929	2.372
Construções Civis	*1,84%	136.427	(23.668)	112.759	53.534
Benfeitorias	2%	2.121	(738)	1.383	1.329
Instalações	*5,83%	8.903	(2.549)	6.354	1.590
Equipamentos	*6,23%	77.885	(26.914)	50.971	45.197
Móveis e Utensílios	7,14%	49.041	(19.757)	29.284	23.745
Equipamentos de Informática	*19,82%	65.129	(32.512)	32.617	11.323
Veículos	*13,05%	97.199	(44.489)	52.710	19.104
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.918	(17.153)	6.765	9.124
Ferramentas	6,67%	1.442	(456)	986	1.024
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	958	-	958	429
Totais		465.952	(168.236)	297.716	168.771

^{*} Taxa Média Ponderada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas	2019	2018		
		Amortização		Reapresentado
Descrição	Custo	Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	4.667.987	(1.597.285)	3.070.702	2.889.919
Sistemas de Esgoto	5.224.853	(1.205.081)	4.019.772	3.926.332
Resíduos Sólidos	3.217	(3.165)	52	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.105	(71.823)	53.282	55.156
Outros Ativos Intangíveis	154.303	(74.551)	79.752	64.947
Totais	10.175.465	(2.951.905)	7.223.560	6.936.354

Por Natureza				2019	2018
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		Reapresentado Valor Líquido
Terrenos	-	171.068	-	171.068	164.454
Poços	*3,10%	150.437	(38.627)	111.810	104.168
Barragens	*2,67%	141.253	(57.791)	83.462	86.397
Construções Civis	*2,59%	2.270.017	(542.681)	1.727.336	1.616.198
Benfeitorias	*2,67%	27.300	(3.718)	23.582	20.804
Tubulações	*2,64%	5.284.267	(1.362.390)	3.921.877	3.830.359
Ligações Prediais	3,33%	759.951	(242.491)	517.460	482.499
Instalações	*5,83%	166.978	(65.994)	100.984	103.714
Hidrômetros	10%	209.773	(82.408)	127.365	109.414
Macromedidores	10%	6.273	(4.234)	2.039	1.916
Equipamentos	*6,23%	629.607	(291.708)	337.899	316.846
Móveis e Utensílios	7,14%	6.247	(3.530)	2.717	2.930
Equipamento de Informática	*19,82%	86.729	(82.252)	4.477	5.278
Programas de Informática	20%	62.339	(43.756)	18.583	18.269
Veículos	*13,05%	25.249	(17.732)	7.517	7.699
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.048	(20.094)	3.954	4.945
Ferramentas	6,67%	272	(196)	76	87
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	6,25%	156	(134)	22	25
Proteção e Preservação Ambiental	20%	27.004	(20.345)	6.659	4.329
Concessão do Município de Curitiba (1)	1,50%	125.000	(71.719)	53.281	55.156
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	105	(105)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.392	=	1.392	867
Totais		10.175.465	(2.951.905)	7.223.560	6.936.354

^{*} Taxa Média Ponderada

⁽¹⁾ Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes.

⁽²⁾ Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Arrendamento Mercantil:

A Companhia possui: (i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato, e (ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas			2019	2018
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Construções Civis	37.434	(1.572)	35.862	36.488
Tubulações	147.315	(6.187)	141.128	144.075
Ligações Prediais	8.227	(607)	7.620	7.893
Instalações	309	(52)	257	278
Equipamentos	6.013	(908)	5.105	5.480
Arrendamento Mercantil - Litoral	199.298	(9.326)	189.972	194.214
Veículos	58.950	(21.914)	37.036	-
Bens Móveis	28.141	(8.468)	19.673	-
Bens Imóveis	38.324	(6.245)	32.079	-
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso	125.415	(36.627)	88.788	-
Totais	324.713	(45.953)	278.760	194.214
Imobilizado Intangível	123.162 201.551	(36.102) (9.851)	87.060 191.700	-

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$4.478 referente a contratos de arrendamento mercantil de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2019:

			Depreciações e	Baixas e	Transferência		
Descrição	2018	Adições	Amortizações	Perdas	de Obras	Transferências	2019
Imobilizado	Reapresentado						
Terrenos	2.372	558	-	-	-	(1)	2.929
Construções Civis	53.534	40.272	(11.119)	(5)	30.066	11	112.759
Benfeitorias	1.329	-	(41)	-	95	-	1.383
Instalações	1.590	4.968	(204)	-	-	-	6.354
Equipamentos	45.197	11.126	(4.081)	(79)	1.373	(2.565)	50.971
Móveis e Utensílios	23.745	5.193	(2.578)	(12)	2.991	(55)	29.284
Equipamentos de Informática	11.323	35.214	(14.597)	(35)	907	(195)	32.617
Veículos	19.104	64.265	(29.844)	-	-	(815)	52.710
Máquinas, Tratores e Similares	9.124	-	(2.501)	-	-	142	6.765
Ferramentas	1.024	43	(81)	-	-	-	986
Bens Patrimoniais a Incorporar	429	529	-	-	-	-	958
Totais Imobilizado	168.771	162.168	(65.046)	(131)	35.432	(3.478)	297.716
Intangível							
Terrenos	164.454	3.650	-	-	2.964	-	171.068
Poços	104.168	-	(1.819)	3	9.476	(18)	111.810
Barragens	86.397	68	(2.991)	(7)	-	(5)	83.462
Construções Civis	1.616.198	7.916	(50.831)	(344)	168.127	(13.730)	1.727.336
Benfeitorias	20.804	108	(683)	(77)	3.726	(296)	23.582
Tubulações	3.830.359	14.607	(125.996)	(505)	224.872	(21.460)	3.921.877
Ligações Prediais	482.499	285	(22.712)	(810)	59.367	(1.169)	517.460
Instalações	103.714	2.952	(10.044)	(1.037)	5.399	-	100.984
Hidrômetros	109.414	-	(18.316)	(3.381)	39.648	-	127.365
Macromedidores	1.916	9	(317)	-	431	-	2.039
Equipamentos	316.846	29.260	(26.202)	(5.070)	20.500	2.565	337.899
Móveis e Utensílios	2.930	120	(314)	(74)	-	55	2.717
Equipamentos de Informática	5.278	5	(871)	(169)	40	194	4.477
Programas de Informática	18.269	6.047	(5.733)	-	-	-	18.583
Veículos	7.699	5	(1.003)	-	-	816	7.517
Máquinas, Tratores e Similares	4.945	9	(858)	-	-	(142)	3.954
Ferramentas	87	-	(12)	-	1	-	76
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	25	-	(3)	-	-	-	22
Proteção e Preservação Ambiental	4.329	74	(1.816)	(85)	4.157	-	6.659
Concessão do Município de Curitiba	55.156	-	(1.875)	-	-	-	53.281
Bens Patrimoniais a Incorporar	867	524	-	-	-	1	1.392
Total Intangível	6.936.354	65.639	(272.396)	(11.556)	538.708	(33.189)	7.223.560
Total Geral	7.105.125	227.807	(337.442)	(11.687)	(a) 574.140	(b) (36.667)	7.521.276

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2019, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizados e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água, água industrial, esgoto e resíduos sólidos.

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

d.1) Unidade Geradora de Caixa - Segmentos Água, Água Industrial e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;
- Taxa de desconto pré-imposto (13,05%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seus itens 55 e 56;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

d.2) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

• Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R\$9.414 não são recuperáveis, portanto, um complemento da provisão para desvalorização, no valor de R\$220, foi registrado em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2019 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de resíduos sólidos foram de R\$10.548 e R\$1.990, respectivamente.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é a seguinte:

					2019			2018
Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Debêntures 6ª Emissão - 2ª Série	0,78%	DI	_	-	-	174.179	-	174.179
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	70.916	-	70.916	68.972	67.876	136.848
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	0,40%	DI	20	94.966	94.986	58	94.900	94.958
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	0,49%	DI	78	154.836	154.914	141	154.771	154.912
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	7.732	15.961	23.693	31.243	23.550	54.793
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.388	9.022	12.410	3.391	12.391	15.782
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	1,92%	TJLP	12.394	45.821	58.215	12.390	57.862	70.252
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	21.261	75.205	96.466	20.872	90.704	111.576
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	1,92%	TJLP	16.525	61.095	77.620	16.519	77.150	93.669
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	0,37%	DI	443	199.044	199.487	-	-	-
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.571	11.586	15.157	3.576	15.127	18.703
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	0,44%	DI	346	150.760	151.106	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	1,67%	TJLP	24.394	157.102	181.496	22.814	168.820	191.634
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	13.406	86.383	99.789	12.107	89.825	101.932
BNDES - PAC2	1,67% e 2,05%	TJLP	41.687	252.149	293.836	33.239	228.310	261.549
Arrendamento Mercantil Litoral	11,14%	IPC-FIPE	9.374	268.165	277.539	8.481	265.066	273.547
Arrendamento Mercantil Direito Uso	6,46%	-	48.763	49.029	97.792	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	286	31.141	31.427	1	12.123	12.124
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	429	48.686	49.115	2	15.153	15.155
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	103	13.576	13.679	36	5.186	5.222
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	153	21.165	21.318	42	6.484	6.526
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	81.944	975.487	1.057.431	70.707	907.250	977.957
Total em Reais			357.213	2.721.179	3.078.392	478.770	2.292.548	2.771.318
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO		2.039	2.039	-		-
Total em Moeda Estrangeira				2.039	2.039	-	-	-
Saldo no Final do Exercício			357.213	2.723.218	3.080.431	478.770	2.292.548	2.771.318
Empréstimos e Financiamentos			138.322	1.266.244	1.404.566	142.156	1.186.628	1.328.784
Debêntures			160.754	1.139.780	1.300.534	328.133	840.854	1.168.987
Arrendamento Mercantil			58.137	317.194	375.331	8.481	265.066	273.547

 $[\]ensuremath{^{*}}$ IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de EUR 50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar a promoção do programa DKTI de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *convenants* conforme item f (iv) desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. No quarto trimestre de 2019 houve liberação de €450 mil pelo banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 127,93% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 7,62% para uma taxa de 5,96 % do CDI.

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2019	2018
TR	1.057.431	977.957
TJLP	634.860	671.897
IPCA	382.710	389.383
DI	600.493	424.049
IPC-FIPE	277.539	273.547
EURO	2.039	-
Sem Correção Monetária	125.359	34.485
Totais	3.080.431	2.771.318

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis:

	Período de		Valor	Quantidade	P	'agamentos
Descrição	Emissão	Vencimento Final	Contratado	Debêntures	Amortizações	Juros
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	2018	2021	95.000	9.500	2021	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 3 Contratos	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	682.649	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Arrendamento Mercantil - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso	2014 a 2019	2019 a 2024	133.223	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 334 Contratos	2003 a 2018	2042	3.515.166	-	Mensal	Mensal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	50.180	47.312	47.312	47.312	40.185	-	-	232.301
Debêntures 3ª Emissão	70.916	-	-	-	-	-	-	70.916
Debêntures 4ª Emissão	37.800	36.987	36.987	36.987	36.987	36.987	58.550	281.285
Debêntures 7ª Emissão	972	514	6.742	6.742	6.742	6.742	87.085	115.539
Debêntures 8ª Emissão	97	94.901	-	154.902	-	-	-	249.900
Debêntures 9ª Emissão	789				198.978		150.826	350.593
Subtotais Debêntures	160.754	179.714	91.041	245.943	282.892	43.729	296.461	1.300.534
BNDES	7.731	7.661	7.661	640	-	-	-	23.693
BNDES - PAC2	41.686	40.815	36.861	35.650	35.650	35.650	67.524	293.836
Banco do Brasil - PSI	3.388	3.369	3.369	2.093	191	-	-	12.410
Banco Itaú - PSI	3.572	3.542	3.542	3.056	1.420	25	-	15.157
Caixa Econômica Federal	81.945	73.268	66.706	56.462	59.980	63.717	655.353	1.057.431
Banco KfW			97	194	194	194	1.360	2.039
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	138.322	128.655	118.236	98.095	97.435	99.586	724.237	1.404.566
Arrend. Mercantil Litoral	9.374	7.699	8.474	9.336	10.298	11.371	220.987	277.539
Arrend. Mercantil Direito de Uso	48.763	23.630	13.575	10.237	1.587			97.792
Subtotais Arrendamentos Mercantis	58.137	31.329	22.049	19.573	11.885	11.371	220.987	375.331
Totais	357.213	339.698	231.326	363.611	392.212	154.686	1.241.685	3.080.431

Em 31 de dezembro de 2019 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado a seguir:

			2019	2018
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento Mercantil - Litoral				
Menos de um ano	35.754	(26.380)	9.374	8.482
Mais de um ano e menos de cinco anos	178.770	(131.973)	46.797	31.076
Acima de cinco anos	371.498	(150.130)	221.368	233.989
Subtotal	586.022	(308.483)	277.539	273.547
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso				
Menos de um ano	53.463	(4.699)	48.764	-
Mais de um ano e menos de cinco anos	53.097	(4.069)	49.028	-
Subtotal	106.560	(8.768)	97.792	-
Totais	692.582	(317.251)	375.331	273.547

A média ponderada da taxa de desconto aplicada foi de 10,6% ao ano para a Locação de Ativos do Litoral e 6,46% ao ano para os veículos, bens imóveis e bens móveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil apresentam a seguinte movimentação:

		2019		2018
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	478.770	2.292.548	562.548	2.154.290
Liberações	-	659.830	-	490.910
Juros e Taxas	236.214	-	220.724	-
Variações Monetárias	-	25.137	-	64.029
Transferências	357.594	(357.594)	470.910	(470.910)
Amortizações	(749.537)	-	(775.587)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	190	108	175	(1.228)
Variações Cambiais	-	(24)	-	-
Arrendamentos Mercantis	33.982	103.213	-	55.457
Saldos no final do período	357.213	2.723.218	478.770	2.292.548

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2019 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	68.861
Debêntures 3ª Emissão	-	79.424
Debêntures 4ª Emissão	18.950	56.545
Debêntures 6ª Emissão	-	181.991
Debêntures 7ª Emissão	74.371	3.696
Debêntures 8ª Emissão	-	15.918
Debêntures 9ª Emissão	350.000	10.755
BNDES	-	34.280
BNDES - PAC2	67.122	56.144
Banco do Brasil - PSI	-	3.905
Banco Itaú - PSI	-	4.353
Caixa Econômica Federal	147.324	152.105
Banco KfW	2.063	5
Arrendamento Mercantil (1)	137.195	81.555
Totais	797.025	749.537

⁽¹⁾ Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa)

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

(i) Covenants de contratos do BNDES e da 2^a, 4^a e 7^a Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2	2,6
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0	1,4
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0	0,6

(ii) Covenants de contratos da 3ª, 8ª e 9ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	11,7
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	11,7
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6

(iv) Covenants de contrato do Banco KfW

Índice	Limite	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	2,6
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,4
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60	48,3

Para os contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do item (iv) do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, o Mutuário compromete-se a cumprir o tempo todo com os índices financeiros estipulados.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES e da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

15. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia antecipou o vencimento do contrato de concessão onerosa com o município de Curitiba e assinou em 05 de junho de 2018 Contrato de Programa pelo período de 30 anos para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto. Como compensação pelo vencimento antecipado a Companhia repassará ao município de Curitiba através do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB o montante de R\$88.771, em 3 (três) parcelas, tendo sido a 1ª parcela paga no ato de assinatura do contrato, a 2ª parcela paga em março de 2019 e a 3ª parcela liquidada em janeiro de 2020. O saldo registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$31.414.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Imposto de Renda a Pagar	12.671	-
Contribuição Social a Pagar	8.682	-
COFINS a Pagar	31.792	24.292
PASEP a Pagar	6.895	5.265
IPTU - Parcelamento (1)	1.100	1.443
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	40.226	38.124
Totais dos Impostos e Contribuições	101.366	69.124
Circulante	100.770	68.133
Não Circulante	596	991

(1) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto ao município de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2019 foram quitadas 64 parcelas no montante de R\$1.930.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

	2019		2018	
	Imposto de	Contribuição	Imposto de	Contribuição
Descrição	Renda	Social	Renda	Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.453.884	1.453.884	1.165.002	1.165.002
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(363.471)	(130.850)	(291.250)	(104.850)
Benefício de Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	82.603	29.737	81.528	29.350
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	-	-	269	97
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	12.613	-	9.773	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	563	-	683	-
Equivalência Patrimonial	(1.414)	(509)	(957)	(345)
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-	8.584	3.090
Outros	(2.240)	(882)	(6.174)	(2.313)
Totais das Despesas	(271.346)	(102.504)	(197.544)	(74.971)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(373.850)		(272.515)	
Alíquota Efetiva	25,7%		23,4%	

- (1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;
- (2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Imposto de Renda	(314.566)	(243.412)
Contribuição Social	(117.601)	(91.003)
Realização do Imposto de Renda Diferido	43.220	45.868
Realização da Contribuição Social Diferida	15.097	16.032
Totais	(373.850)	(272.515)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo –				2019	2018
Descrição	Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	777.853	194.463	70.007	264.470	249.711
Arrendamento Mercantil - Litoral (Ativo)	20 anos	277.539	69.385	24.979	94.364	93.006
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.236.602	309.151	111.294	420.445	320.208
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	31.355	7.838	2.822	10.660	4.838
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	546.672	136.668	49.201	185.869	157.011
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	97.792	24.448	8.801	33.249	-
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	46.109	11.527	4.150	15.677	14.994
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	2 anos	389	97	35	132	2.813
Provisão para PPR	1 ano	73.946	18.486	6.655	25.141	31.787
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	1 ano	53	13	5	18	210
AVP de Contas a Receber	1 ano	4.088	1.022	368	1.390	1.606
Valor Realizável Líquido de Estoque	1 ano	1.288	322	116	438	-
Totais			773.420	278.433	1.051.853	876.184
PASSIVO				,		
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	752.168	188.042	67.695	255.737	242.567
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	24 anos	121.007	30.252	-	30.252	31.535
Arrendamento Mercantil - Litoral (Passivo)	20 anos	189.972	47.493	17.097	64.590	66.032
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	10.332	2.583	930	3.513	3.471
Reserva de Reavaliação	13 anos	105.392	26.348	9.485	35.833	38.694
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	88.788	22.197	7.991	30.188	-
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	3 anos	7.873	1.968	709	2.677	2.947
Totais			318.883	103.907	422.790	385.246
Total Líquido			454,537	174.526	629,063	490,938

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

	Ati	vo Fiscal Diferido		Passivo Fiscal Diferido		lo
Períodos de Realização	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2020	58.685	21.127	79.812	18.957	6.351	25.308
2021	49.231	17.723	66.954	18.957	6.351	25.308
2022 a 2024	243.666	87.720	331.386	48.369	15.992	64.361
2025 a 2027	93.954	33.824	127.778	37.271	11.997	49.268
2028 a 2030	93.070	33.505	126.575	37.271	11.997	49.268
2031 a 2033	92.232	33.203	125.435	32.879	10.416	43.295
2034 a 2036	51.012	18.364	69.376	30.683	9.626	40.309
2037 a 2039	26.750	9.630	36.380	27.870	8.613	36.483
2040 a 2042	19.446	7.001	26.447	22.750	6.769	29.519
2043 a 2045	19.446	7.001	26.447	18.804	6.769	25.573
2046 a 2048	19.446	7.001	26.447	18.804	6.769	25.573
2049 a 2051	6.482	2.334	8.816	6.268	2.257	8.525
Totais	773.420	278.433	1.051.853	318.883	103.907	422.790

18. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2019 foi de R\$4.200 (R\$4.200 em 2018). O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$9.100 (R\$13.300 em 2018), sendo R\$4.200 (R\$4.200 em 2018) registrados no passivo circulante e R\$4.900 (R\$9.100 em 2018) no passivo não circulante.

19. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	2019
Ações Trabalhistas (i)	229.509	111.882	(4.936)	(34.336)	302.119
Ações Cíveis (ii)	208.129	16.354	(7.474)	(10.355)	206.654
Ações Ambientais (iii)	6.689	14.315	(1.933)	(815)	18.256
Ações Tributárias (iv)	17.470	2.173	-	-	19.643
Totais	461.797	144.724	(14.343)	(45.506)	546.672

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

	Passivos Contingentes	
Natureza	2019	2018
Ações Trabalhistas (i)	55.933	44.382
Ações Cíveis (ii)	465.131	375.364
Ações Ambientais (iii)	328.049	339.737
Ações Tributárias (iv)	16.989	16.554
Totais	866.102	776.037

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por exempregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental; e ii) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação, contemplando também os Termos de Acordos Judiciais – TAJ's assinados com a Justiça Federal, com participação do Ministério Público Federal, Ibama, IAP e Instituto das Águas do Paraná.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Piraquara, Paranavaí, Campo Mourão, Campina da Lagoa, Pinhais e Porecatu.

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

	Depósitos Judiciais	
Natureza	2019	2018
Ações Trabalhistas	185.806	137.502
Ações Cíveis	99.786	54.555
Ações Ambientais	2.492	5.689
Ações Tributárias	9.671	5.706
Totais	297.755	203.452

20. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$33.598 (R\$31.682 em 2018) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,9% pela patrocinadora e 36,1% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$69.238 (R\$64.962 em 2018).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2019	2018
Valor presente da obrigação no início do ano	1.144.732	617.817	1.762.549	1.752.806
Custo de juros sobre a obrigação	103.118	5.733	108.851	160.714
Custo do serviço corrente, líquido	(1.168)	56.855	55.687	16.316
Contribuições de Participantes	10.109	-	10.109	9.917
Benefícios pagos no exercício	(76.502)	(24.305)	(100.807)	(99.873)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	196.790	123.661	320.451	(77.331)
Obrigação total no exercício	1.377.079	779.761	2.156.840	1.762.549
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(819.326)	(1.435)	(820.761)	(816.164)
Juros sobre os ativos do plano	(73.464)	(40)	(73.504)	(70.678)
Contribuição dos participantes	(10.109)	-	(10.109)	(9.917)
Contribuição da patrocinadora	(8.436)	(22.514)	(30.950)	(30.341)
Benefícios pagos no exercício	76.502	24.305	100.807	99.873
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(85.405)	(316)	(85.721)	6.466
Valor justo dos ativos no exercício	(920.238)	-	(920.238)	(820.761)
Passivo reconhecido no final do exercício	456.841	779.761	1.236.602	941.788
Circulante Não Circulante	30.456 426.385	51.984 727.777	82.440 1.154.162	62.786 879.002

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas	2019	2018
Taxa de Desconto para Saúde	6,97% ao ano	9,39% ao ano
Taxa de Desconto para Previdência	6,81% ao ano	9,35% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	6,97% ao ano	9,39% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	6,81% ao ano	9,35% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,44% ao ano	3,47% ao ano
Inflação	3,60% ao ano	4,50% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano
Hipóteses Demográficas	2019	2018
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkloss D10	Winkloss D10
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas D20	Álvaro Vindas D20
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Taxa de Desconto		
Com Acréscimo de 1%	(11,19%)	(12,88%)
Com Redução de 1%	12,42%	16,22%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	25,61%
Com Redução de 1%	-	(20,63%)
Expectativa de Vida		
Com Acréscimo de 1 ano	1,74%	3,41%
Com Redução de 1 ano	(1,76%)	(3,36%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	1,33%	-
Com Redução de 1%	0,22%	-

Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	%	2018	%
Renda Fixa (a)	1.192.978	69,6	1.176.611	77,1
Renda Variável (b)	226.295	13,2	103.903	6,8
Imóveis (c)	37.722	2,2	39.770	2,6
Operações com Participantes (d)	94.438	5,5	84.212	5,5
Estruturados (e)	148.255	8,6	121.882	8,0
Investimentos no Exterior (f)	15.355	0,9	-	0,0
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.715.043	100	1.526.378	100

- (a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;
- (b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
- (c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.
- (f) Investimentos no Exterior: Fundos de investimentos constituídos no Brasil que negociam ativos no exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2020:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2020
Custo do Serviço Corrente	11.054	6.784	17.838
Custo dos Juros	91.072	53.429	144.501
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(60.459)	-	(60.459)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(15.503)	(19.549)	(35.052)
Totais	26.164	40.664	66.828

21. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2019, no montante de R\$62.055 (R\$61.248 em 2018). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$124.913 e R\$117.486 para os exercícios de 2019 e 2018, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2019, foi de R\$105.324 (R\$98.381 em 2018). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$11.722 (R\$9.793 em 2018). Adicionalmente a Companhia tem contas a receber com estas prefeituras no montante de R\$48.703 em 2019 (R\$43.754 em 2018), demonstrado na nota explicativa 6a.

A Companhia transaciona com a CS Bioenergia S.A., sendo que durante o ano de 2019, obteve receitas provenientes de tratamento de efluentes de esgoto no montante de R\$1.174 (R\$590 em 2018); aluguel de imóvel no montante de R\$352 (R\$243 em 2018) e pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$1.607 (R\$1.066 em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

2018); e despesa referente a remoção de lodo da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Belém no montante de R\$4.190 (R\$5.957 em 2018). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem contas a receber da CS Bioenergia S.A. no montante de R\$2.149 (sendo R\$81 de energia elétrica, R\$26 de aluguel de imóvel e R\$2.042 do fornecimento de água e serviços de esgoto). A Companhia ainda tem contas a pagar no montante de R\$274 referente a despesas com remoção de lodo.

A Companhia também realiza operações com as Fundações Sanepar (Plano de Saúde e Plano de Previdência), sendo que durante o ano de 2019 obteve receitas pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$20 (R\$17 em 2018), gastos provenientes de aluguel de imóvel no montante de R\$600 (R\$523 em 2018) e de contribuições patronais aos planos de benefícios aos empregados no montante de R\$102.836 (R\$96.644 em 2018), conforme descrito na nota explicativa 20.

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Sanepar nas mesmas condições de mercado conforme praticadas com seus demais clientes, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi aprovada pela 55ª/2019 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 24 de abril de 2019, no montante global de R\$13.918. Para o exercício de 2018 a aprovação se deu pela 54ª/2018 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$13.918.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	2019	2018
Remuneração	9.113	9.836
Encargos e Benefícios	2.817	2.884
Encargos Sociais	2.507	2.592
Participação nos Resultados	134	109
Plano de Saúde (Sanesaúde)	53	72
Plano de Previdência (Fusanprev)	109	108
Programas Complementares	14	3
Totais	11.930	12.720

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	-	2.099
Contratos e Convênios com Terceiros	7.370	10.397
Convênios com Municípios	16.238	15.707
Cauções e Valores a Reembolsar	5.938	10.643
Indenizações Trabalhistas - PAI/PDVTC	-	689
Parcelamento IBAMA - PRD (1)	63.888	81.316
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	5.506	8.942
Outras Contas a Pagar	250	250
Totais	99.190	130.043
Circulante	56.496	68.179
Não Circulante	42.694	61.864

(1) Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC, sendo que até 31/12/2019 foram quitadas 24 parcelas no montante de R\$39.472.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 503.735.173 ações, sem valor nominal, sendo 167.911.753 ações ordinárias e 335.823.420 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) açõe ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2019, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$12,26 (R\$11,35 em 31 de dezembro de 2018).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.851.089, e sua composição acionária, é a seguinte:

					Númei	ro de Ações
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	100.914.575	60,1	1	-	100.914.576	20,0
Municípios	-	-	1.975.776	0,6	1.975.776	0,4
Investidores Estrangeiros	32.443.146	19,3	168.358.229	50,1	200.801.375	39,9
Demais Investidores	34.554.032	20,6	165.489.414	49,2	200.043.446	39,7
Totais	167.911.753	100,0	335.823.420	100,0	503.735.173	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.552 (R\$6.093 em 2018), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Saldos no início do exercício	75.111	81.204
Realização da Reserva de Reavaliação	(8.413)	(9.231)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.861	3.138
Saldos no final do exercício	69.559	75.111

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$526 (R\$2.285 em 2018), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Saldos no início do exercício	5.722	8.007
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(796)	(3.463)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	270	1.178
Saldos no final do exercício	5.196	5.722

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$701.582 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$53.996 em 2019 (R\$44.612 em 2018), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$123 em 2019 (R\$247 em 2018), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1), os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 20) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Saldos no início do exercício	96.225	49.455
Ganhos e Perdas Atuariais	(234.730)	70.865
Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	79.808	(24.095)
Saldos no final do exercício	(58.697)	96.225

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

h) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$112.340, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	1.080.034	892.487
Doações e Subvenções Governamentais	(123)	(247)
Constituição da Reserva Legal	(53.996)	(44.612)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	1.025.915	847.628
Dividendos Obrigatórios (25%)	256.479	211.907
Dividendos Complementares	73.932	211.907
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	330.411	423.814

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2019 foi de R\$330.411 (R\$326.114 em 2018), sendo retido o valor de R\$28.123 (R\$29.056 em 2018) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,5% (8,9% em 2018).

O saldo da remuneração aos acionistas registrada no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Saldo Anterior	183.678	136.265
Dividendos Adicionais Autorizados	211.907	162.817
Pagamentos realizados no Exercício	(394.600)	(298.255)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	330.411	423.814
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(28.123)	(29.056)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(73.932)	(211.907)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	229.341	183.678

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$73.932, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

i) Resultado por Ação

Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2019 e 31/12/2019 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2019	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	54.427	0,32414
Ações Preferenciais	335.823.420	119.738	0,35655
Totais	503.735.173	174.165	
Remuneração para 1 UNIT			1,75034
Juros sobre o Capital Próprio - 31/12/2019	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	48.827	0,29079
Ações Preferenciais	335.823.420	107.419	0,31987
Ações Preferenciais Totais	335.823.420 503.735.173	107.419 156.246	0,31987

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2019	2018
Ações Ordinárias	0,61493	0,78876
Ações Preferenciais	0,67642	0,86763
Valor para 1 "Unit"	3,32060	4,25930

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2019	2018
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	337.511	278.902
Ações preferências	742.523	613.585
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.911.753	167.911.753
Média ponderada de número de ações preferênciais	335.823.420	335.823.420
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	2,01005	1,66100
Por ação preferencial	2,21105	1,82711

24. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 — Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Receitas		
Receitas de Água	3.068.658	2.716.898
Receitas de Esgoto	1.811.905	1.572.971
Receitas de Serviços	143.099	141.402
Receitas de Resíduos Sólidos	11.722	9.793
Serviços Prestados a Prefeituras	18.380	16.515
Doações efetuadas por Clientes	18.844	16.978
Outras Receitas	5.519	5.024
Totais das Receitas Operacionais	5.078.127	4.479.581
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(291.998)	(260.853)
PASEP	(63.303)	(56.523)
Totais das Deduções	(355.301)	(317.376)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	4.722.826	4.162.205

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$65.639 (R\$177.953 em 2018), durante o exercício de 2019, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

Adicionalmente a Companhia registrou no mês de dezembro de 2019, a estimativa da receita no montante de R\$ 61,0 milhões referente ao reajuste retroativo de 3,76% não recebido dos clientes no período de julho a novembro de 2019.

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

			2019			2018
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(285.788)	(110.968)	(396.756)	(269.533)	(97.609)	(367.142)
Materiais	(87.437)	(63.431)	(150.868)	(70.330)	(37.983)	(108.313)
Energia Elétrica	(416.725)	(50.812)	(467.537)	(375.950)	(42.315)	(418.265)
Serviços de Terceiros	(237.498)	(170.263)	(407.761)	(215.446)	(153.955)	(369.401)
Depreciações e Amortizações	(138.400)	(133.031)	(271.431)	(125.080)	(123.255)	(248.335)
Indenizações por Danos a Terceiros	(5.290)	(5.231)	(10.521)	(17.071)	(13.939)	(31.010)
Outros Custos	(111.482)	(42.577)	(154.059)	(103.840)	(33.736)	(137.576)
Totais	(1.282.620)	(576.313)	(1.858.933)	(1.177.250)	(502.792)	(1.680.042)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

26. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Comerciais		
Pessoal	(127.047)	(117.274)
Materiais	(4.179)	(3.615)
Serviços de Terceiros	(105.419)	(96.386)
Depreciações e Amortizações	(11.977)	(4.928)
Perdas na Realização de Créditos	(20.850)	(7.747)
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	(63.194)	(43.551)
Indenizações por Danos a Terceiros	(3.371)	(6.145)
Programa Sanepar Rural	(2.859)	(2.410)
Outras Despesas	(19.300)	(26.176)
Totais das Despesas Comerciais	(358.196)	(308.232)
Administrativas		
Pessoal	(570.948)	(553.049)
Materiais	(48.996)	(40.068)
Serviços de Terceiros	(116.064)	(153.054)
Depreciações e Amortizações	(54.034)	(18.124)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	(1.288)	-
Taxa de Regulação	(22.394)	(20.834)
Despesas com Viagens	(7.522)	(8.921)
Exposições, Congressos e Eventos	(657)	(6.328)
Programas Sociais e Ambientais	(6.827)	(10.478)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.407)	(7.496)
Outras Despesas	(18.846)	(20.921)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (1)	159.009	144.526
Despesas Capitalizadas (2)	103.418	94.432
Totais das Despesas Administrativas	(586.556)	(600.315)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Perdas Eventuais ou Extraordinárias (3)	(28.691)	-
Multas Ambientais	(896)	(26.029)
Baixas de Ativos	(28.589)	(8.169)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	564	1.472
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(57.612)	(32.726)

⁽¹⁾ Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais:

⁽²⁾ Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

⁽³⁾ Valor de R\$28.690 referente a indenização ao município de Maringá, relativamente a bens incorporados ao Patrimônio da Companhia, provenientes da execução de redes de água e esgoto doados diretamente pelos proprietários de loteamentos a Companhia, no período de junho de 1983 a fevereiro de 2014.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$73.946 (R\$93.494 em 2018), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2019, baseado no histórico dos pagamentos do PPR dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. No 3T19, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2018, no montante de R\$2.681 (R\$40.752 referente ao exercício de 2017).

28. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2019	2018
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	24.996	31.528
Variações Monetárias Ativas	11.448	12.276
Variações Cambiais Ativas	65	-
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	36	-
Outras Receitas Financeiras	28.971	15.549
Totais das Receitas Financeiras	65.516	59.353
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e Empréstimos	(226.138)	(191.443)
Variações Monetárias Passivas	(14.165)	(60.850)
Variações Cambiais Passivas	(41)	-
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	(76)	-
Outras Despesas Financeiras	(5.497)	(12.699)
Totais das Despesas Financeiras	(245.917)	(264.992)
Resultado Financeiro	(180.401)	(205.639)

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

			2019			2018
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	3.174.925	1.860.459	5.035.384	2.816.694	1.624.370	4.441.064
Outras Receitas Operacionais	24.435	18.308	42.743	22.169	16.348	38.517
Total da Receita Operacional Bruta	3.199.360	1.878.767	5.078.127	2.838.863	1.640.718	4.479.581
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(203.076)	(152.225)	(355.301)	(182.660)	(134.716)	(317.376)
Receita Operacional Líquida	2.996.284	1.726.542	4.722.826	2.656.203	1.506.002	4.162.205
Custo	(1.282.620)	(576.313)	(1.858.933)	(1.177.249)	(502.793)	(1.680.042)
Lucro Bruto	1.713.664	1.150.229	2.863.893	1.478.954	1.003.209	2.482.163
Despesas Comerciais	(204.771)	(153.425)	(358.196)	(177.406)	(130.826)	(308.232)
Despesas Administrativas	(335.317)	(251.239)	(586.556)	(345.517)	(254.798)	(600.315)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-	(19.391)	(19.391)	-	(1.429)	(1.429)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(32.935)	(5.286)	(38.221)	(21.040)	(10.257)	(31.297)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(5.658)	(5.658)	-	(3.829)	(3.829)
Resultado Financeiro	(76.802)	(103.599)	(180.401)	(51.808)	(153.831)	(205.639)
Programa de Participação nos Resultados	(43.806)	(32.821)	(76.627)	(77.267)	(56.979)	(134.246)
Provisões	(48.579)	(36.296)	(84.875)	24.999	18.838	43.837
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(34.346)	(25.738)	(60.084)	(43.768)	(32.243)	(76.011)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições Imposto de Renda e Contribuição Social	937.108 (240.966)	516.776 (132.884)	1.453.884 (373.850)	787.147 (184.128)	377.855 (88.387)	1.165.002 (272.515)
. ,						
Lucro Líquido do Exercício	696.142	383.892	1.080.034	603.019	289.468	892.487
Margem Operacional	29,3%	27,5%	28,6%	27,7%	23,0%	26,0%
Margem Líquida	23,2%	22,2%	22,9%	22,7%	19,2%	21,4%
EBITDA	1.190.048	781.679	1.971.727	977.306	664.722	1.642.028
Margem EBITDA	39,7%	45,3%	41,7%	36,8%	44,1%	39,5%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (a)	516.674	510.405	1.027.079	532.504	497.507	1.030.011
Participação Societária - CS Bioenergia	-	-	-	-	20.479	20.479
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	1.203.347	1.877.084	3.080.431	1.043.388	1.727.930	2.771.318
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	4.149.840	5.128.150	9.277.990	3.769.314	4.728.999	8.498.313
Depreciações e Amortizações do Exercício	(176.138)	(161.304)	(337.442)	(138.351)	(133.036)	(271.387)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	691.294	338.843	1.030.137	551.041	290.762	841.803
Total do Ativo	5.340.321	6.599.283	11.939.604	4.781.912	5.999.410	10.781.322
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	2.561.289	3.204.401	5.765.690	2.168.087	2.896.047	5.064.134
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (c)	3.194.537	2.231.127	-	3.137.760	2.141.050	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (d)	532.830	399.225		513.817	378.909	-

⁽a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

⁽b) Apresentadas pelo valor bruto;

⁽c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

30. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.437.172, com vigência abrangendo o período de 12/03/2019 a 10/03/2020, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada	
Edifícios	654.596	
Máquinas, Equipamentos e Veículos	715.556	
Estoque	67.020	
Totais	1.437.172	

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 114 processos judiciais no montante de R\$181.433 com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Starr Internacional Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 08/09/2020.

31. OPERAÇÕES "RÁDIO PATRULHA", "INTEGRAÇÃO" E "ÁGUAS CLARAS" E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Ao final de 2018 tornou-se pública a delação do Sr. Nelson Leal Júnior no âmbito da operação denominada "Rádio Patrulha", a qual faz menção, dentre outros, a alguns exadministradores da Companhia. A "Operação Rádio Patrulha" investiga um suposto esquema de pagamento de propina para desvio de recursos por meio de licitações no programa "Patrulha do Campo", o qual tinha como objetivo a recuperação de estradas rurais do Estado do Paraná. A "Operação Rádio Patrulha" tornou réu um exadministrador da Companhia.

A "Operação Integração" investiga suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, que teria perdurado de 1999 a 2018 e está relacionado aos procedimentos de concessão de rodovias federais no Estado do Paraná do denominado Anel da Integração. A primeira fase da "Operação Integração" foi deflagrada em 22 de fevereiro de 2018 e, a segunda fase, em 26 de setembro de 2018. No âmbito da "Operação Integração", um dos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

colaboradores do Ministério Público Federal também mencionou em seu acordo alguns ex-administradores da Companhia.

Como parte do processo de colaboração junto às autoridades no processo de investigação dos fatos e para o adequado esclarecimento e proteção dos interesses da Companhia sobre as operações acima, ao final de 2018 a Companhia instalou procedimentos investigatórios conduzidos pela sua Auditoria Interna, os quais incluíram acesso à totalidade da documentação disponível, bem como oitiva das pessoas relacionadas às alegações sob investigação pelas autoridades, que resultaram em dois relatórios: (i) "Relatório Preliminar Auditoria Especial nº 004/2019 de 29/05/2019; e (ii) "Relatório Complementar Auditoria Especial nº 004/2019 de 30/07/2019 (conjuntamente, "Relatórios").

Os Relatórios revelaram preliminarmente certas falhas pontuais nos controles internos vigentes à época em que os fatos ocorreram, os quais foram encaminhados para apreciação do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da Carta 008/2019-AUD, de 29 de maio de 2019 e Ofício DP 259/2019, de 06 de agosto de 2019.

Em 13 de agosto de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado com informações sobre o assunto, conhecidas até aquele momento, dando conta de que os resultados das investigações conduzidas pela Auditoria Interna da Companhia não permitiam inferir a existência de eventuais ou potenciais impactos que pudessem afetar materialmente as suas demonstrações financeiras e as respectivas informações contábeis comparativas referentes a períodos anteriores, e informava sobre a nomeação e instalação de uma "Comissão Externa de Investigação" ("CEI").

Em 15 de agosto de 2019, em sua 6ª/2019 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração ("CA") aprovou a criação da CEI composta por três membros independentes. Na 7ª/2019 Reunião Extraordinária do CA, de 23 de agosto de 2019, foram eleitos os membros da CEI, sendo um membro independente do CA da Companhia, eleito pelos acionistas minoritários, e dois membros independentes externos com vasta experiência em investigações internas forenses.

A partir de sua nomeação, a CEI revisou os trabalhos já desenvolvidos até então pela Companhia e a correspondente documentação. Após a conclusão dessa análise, emitiu parecer recomendando a contratação de um escritório de advocacia para condução de investigação forense independente, com o objetivo de apurar as alegações relacionadas à "Operação Integração" e "Operação Rádio Patrulha".

Em 28 de novembro de 2019, em observância ao parecer emitido pela CEI e em conformidade com as melhores práticas de governança, a Companhia contratou o escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown, para condução de investigação forense independente, sendo o plano de trabalho gerenciado pela CEI. Para dar suporte à condução da investigação interna independente no tocante à coleta *forense*, processamento de dados eletrônicos, condução de análises financeiras e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

trabalhos relacionados, também foi contratada a Ernst & Young – EY (conjuntamente referenciados como "Equipe de Investigação").

Em 13 de dezembro de 2019, após a nomeação da CEI e a contratação da Equipe de Investigação, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a deflagração da "Operação Águas Claras". A "Operação Águas Claras", que é desdobramento da "Operação Pecúlio" ocorrida em 2016, investiga supostas fraudes em licitações de obras de esgoto com o favorecimento de uma empresa cujos representantes teriam supostamente pago vantagens indevidas a um funcionário aposentado da Companhia, assim como supostos pagamentos de propina pela mesma empresa dissimulados como investimento em publicidade e patrocínio. As supostas condutas ilícitas teriam sido praticadas entre 2011 e 2016 e envolveriam alguns funcionários da Companhia.

Não obstante a deflagração da referida operação tenha ocorrido após o início dos trabalhos de investigação interna independente das Operações Rádio Patrulha e Integração, por deliberação do CA da Companhia, as alegações relacionadas à "Operação Águas Claras" foram incluídas no objeto da investigação forense independente conduzida pela Equipe de Investigação. A "Operação Águas Claras", em conjunto com a "Operação Rádio Patrulha" e a "Operação Integração" são conjuntamente denominadas "Operações".

Desde o início dos trabalhos em dezembro de 2019, a "Equipe de Investigação" realizou diversos procedimentos visando as definições de planejamento e execução dos trabalhos, bem como preservação e coleta de dados forenses e análise de documentação relacionados às Operações. A investigação forense independente encontra-se em andamento, ainda em sua fase inicial, sendo acompanhada pela CEI e pelo auditor externo da Companhia. Portanto, até a publicação destas demonstrações contábeis, os trabalhos da Equipe de Investigação ainda encontram-se em andamento, sem qualquer conclusão.

Embora, até o presente momento, não se possa concluir sobre as supostas irregularidades mencionadas nas Operações, a Administração da Sanepar continua acompanhando o desenvolvimento das investigações conduzidas pelas autoridades públicas, colaborando com as mesmas e tomando todas as medidas cabíveis em relação ao assunto, conforme requerido nas circunstâncias.

A Administração da Sanepar seguirá aplicando seus melhores esforços para apoiar os trabalhos da investigação interna independente conduzida pela Equipe de Investigação e CEI, bem como manterá o mercado devidamente informado de quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

DIRETORIA EXECUTIVA

Claudio Stabile (Diretor-Presidente)

Abel Demetrio (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)

Joel de Jesus Macedo (Diretor de Investimentos)

Elerian do Rocio Zanetti (Diretor Comercial)

Andrei de Oliveira Rech (Diretor Jurídico)

Priscila Marchini Brunetta (Diretora Administrativa)

Julio Cesar Gonchorosky (Diretor de Meio Ambiente e Ação Social)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcia Carla Pereira Ribeiro (Presidente)

Vilson Ribeiro de Andrade

Jacques Geovani Schinemann

Rodrigo Sanchez Rios

Adriano Cives Seabra

Joel Musman

Claudio Stabile

Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida

Luiz Fernando Borba

CONSELHO FISCAL

Ricardo Cansian Netto (Presidente)

Luis Otavio Dias da Fonseca

Laerzio Chiesorin Junior

Reginaldo Ferreira Alexandre

Paulo Roberto Franceschi

CONTADOR

Ozires Kloster

Gerente Contábil

Contador

CRC-PR 030.386/O-8